

A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura

Monique Batista Carvalho¹

Resumo

O artigo investiga as relações que envolvem o Estado e um grupo de favelas que receberam uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), no marco das transformações motivadas pelos megaeventos em que está inserido o Rio de Janeiro. O Morro do Borel e demais favelas que formam o perímetro da UPP Borel, na Tijuca, Zona Norte da cidade, são o ponto de partida para uma análise sobre diferentes aspectos da “pacificação” e seus desdobramentos no cotidiano dos moradores.

Palavras-chave

Favelas; Políticas públicas; Violência, Segurança; UPP.

The politics of pacification and the contradictions in producing a safe city

Abstract

The article attempts to be an original contribution to the recent studies regarding the tensions between the State and the favelas where the Pacification Police Units (UPP) have been deployed, as one of the public actions within the framework of transformations motivated by the international events in Rio de Janeiro. The Morro do Borel and the nearby favelas, which jointly compose the perimeter of the UPP Borel in Tijuca, a neighborhood in the North Zone, are the starting point of analysis towards the different aspects of the “pacification” process and its unfolding on the everyday lives of the residents.

Keywords

Favelas; Publics polices; Violence; Security; UPP.

Introdução

Desde a década de 1990, o tema da segurança pública tem figurado nas agendas políticas como uma questão bastante sensível aos gestores públicos, tendo em vista os altos índices de violência urbana, em especial, as elevadas taxas de homicídios. De acordo com a literatura especializada nesse tema, essas taxas estão relacionadas, em grande medida, a questões relativas ao tráfico de drogas. Em particular na cidade do Rio de Janeiro, diferentes estratégias de “guerra às drogas” ocuparam a cena pública por quase 30 anos com pouco ou nenhum resultado frente aos indicadores de violência e também à sensação de insegurança vivenciada pelos cariocas.

Ao mesmo tempo, é desde esse período que alguns governantes almejam transformar a cidade em palco para grandes eventos internacionais. Essa intenção vem se tornando possível a partir, principalmente, da escolha do Rio de Janeiro para sediar os jogos olímpicos em 2016 e receber jogos da Copa do Mundo em 2014. Essa possibilidade abriu caminho para grandes investimentos da iniciativa privada e dos setores públicos na tentativa de uma renovação urbana que possa, a partir do aumento do número de visitantes, fortalecer a economia carioca e oferecer uma cidade mais organizada e principalmente mais segura aos futuros visitantes.

Dentre as inúmeras ações que estão ocorrendo no bojo das transformações da cidade para a recepção dos chamados megaeventos, o artigo aqui apresentado se debruçará em um aspecto dessa renovação que vem sendo chamado de “pacificação” e materializado a partir das Unidades de Polícia Pacificadoras – UPPs. A ação tem como meta garantir a “paz” a partir da ocupação permanente das forças de segurança, em especial, da polícia militar, em algumas favelas localizadas em determinadas áreas na cidade. Nesse sentido, a “pacificação” busca ainda propiciar a “integração” desses espaços, considerados à margem da cidade, ao tecido urbano, em uma perspectiva de “recuperação do território” por parte do Estado.

Este trabalho busca investigar alguns aspectos das relações que envolvem o Estado e um grupo de favelas que receberam uma Unidade de Polícia Pacificadora. A favela do Borel e demais favelas que formam o perímetro da UPP Borel, localizadas na Tijuca, zona norte da cidade, são o ponto de partida para: a) compreender em que medida o Estado vem atuando na garantia de direitos para os cidadãos; b) salientar os desafios para a consolidação da democracia em uma cidade profundamente marcada por desigualdades sociais e que tem as favelas como

os principais representantes de uma forma de gestão pública caracterizada pelo clientelismo e subordinação que, em última análise, contribuem para a reprodução da segregação espacial.

Do ponto de vista dos moradores, o tema é algo decisivo para suas vidas, envolvendo inclusive a preservação delas. Do ponto de vista do poder público está em jogo a manutenção da ordem, que neste momento é colocada em questão por conta da realização dos grandes eventos na cidade.

Para melhor organizar os argumentos aqui presentes, o artigo foi dividido em duas seções. A primeira é uma descrição analítica do contexto histórico e político em que se insere a experiência da pacificação de favelas, tomando em conta outras ações de segurança pública implementadas no Rio de Janeiro a partir da década de 1990, seus objetivos e cronologia de execução. A segunda apresenta a investigação de uma intervenção específica situada em uma localidade pontual, o conjunto de favelas do Borel, e discute dois elementos que aparecem a partir da pacificação: a percepção dos moradores no que tange a segurança e o papel desempenhado pela polícia no cotidiano dessas favelas². O objetivo é compreender esses dois temas tendo em vista seus desdobramentos no dia a dia dos moradores. Finalmente, na tentativa de articular analiticamente as duas seções, refletir como o processo de pacificação de favelas, realizado no marco dos megaeventos e vinculado às renovações urbanas, pode vir a contribuir para a produção de uma cidade “integrada”.

A experiência da pacificação em favelas

A primeira unidade de polícia pacificadora foi instalada em dezembro de 2008 na favela Santa Marta localizada em Botafogo, zona sul da cidade. A ocupação, vocabulário utilizado pela polícia militar, foi feita pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE) que permaneceu na favela até a entrada de 125 polícias sob o comando da Capitã Pricilla Azevedo (CUNHA e MELLO, 2011). A partir de então, inaugurou-se uma nova modalidade de ação executada pela secretaria de segurança pública e direcionada às favelas cariocas que atualmente já está estabelecida em 28 unidades localizadas em diferentes favelas ou conjuntos de favelas no Rio de Janeiro³.

O investimento na área da segurança está relacionado à tentativa de mudar a imagem da cidade e assegurar aos comitês organizadores da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos que o Rio de Janeiro está seguro no que diz respeito à violência

urbana. Não à toa, a Capitão da UPP Santa Marta integrou a comitiva oficial do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) na ocasião da 121ª sessão do Comitê Olímpico Internacional em Copenhague, Dinamarca, quando fora anunciada a escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede dos jogos de 2016. Sua participação pode ser compreendida como uma espécie de aval para os organizadores das Olimpíadas de que a ação de segurança em curso na cidade estava sendo bem sucedida.

Essa ideia pode ser complementada ainda com a aceitação que tem sido evidenciada e amplamente divulgada por pesquisas de opinião em diferentes meios de comunicação acerca da aprovação, em diferentes segmentos da sociedade, dessa experiência de policiamento. Se até poucos anos antes o Rio de Janeiro figurava nos jornais de grande circulação como um lugar perigoso, onde a qualquer momento ações violentas poderiam ocorrer, após a “pacificação” as notícias revelavam uma cidade que estaria no caminho da “paz”.⁴

Isso porque, ao longo da década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI, a representação que circulava no imaginário coletivo era a de uma cidade extremamente violenta devido a uma série de acontecimentos que envolviam principalmente o conflito entre traficantes de drogas do varejo e a polícia, além de assaltos, seqüestros, homicídios, dentre outras modalidades de crime que eram constantemente veiculados em diversos meios de comunicação (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2008).

Segundo Leite (2000), a imagem da cidade maravilhosa foi sendo substituída por imagens de uma cidade partida, termo utilizado pelo jornalista Zuenir Ventura (1994), em seu livro de título homônimo. A cidade analisada por Ventura seria dividida entre a área nobre, onde viveriam as classes média e abastada, na maioria dos casos identificadas como as vítimas dessas ações, e as áreas de morros e favelas, onde viveriam as populações pobres, identificadas, por sua vez, como os alçózes dessa violência. Como ressalta a autora: “a representação do Rio de Janeiro como uma ‘cidade partida’ terminou, contudo, por reforçar os nexos simbólicos que territorializavam a pobreza e a marginalidade nas favelas cariocas” (LEITE, 2000, p.74).

Assim, a “metáfora da guerra”⁵ ganhava força à medida que os dados relativos à criminalidade violenta aumentavam, especialmente em relação aos homicídios,⁶ que estavam, em sua maioria, relacionados às dinâmicas do tráfico de drogas, seja no tocante ao confronto com a polícia ou nas disputas pelo controle dos territórios, caracterizados pelas rivalidades entre diferentes facções criminosas localizadas, em grande parte, nas favelas da cidade (LEITE, 2000).

Esse processo de aumento da violência tem início em grande medida a partir da década de 1980. Ainda que o país estivesse em um momento propício às grandes mobilizações coletivas por conta da suavização do regime militar, as condições econômicas de grande parcela da população não eram favoráveis e as taxas de desigualdade social e pobreza iam aumentando. Segundo Carvalho (1995) essa conjuntura era resultado da falta de implementação de políticas distributivas ao longo do período conhecido como “milagre econômico”. Assim, algumas análises apontam estreita relação entre a escalada de violência nos grandes centros urbanos a partir da década de 80 com os indicadores macroeconômicos resultante de um modelo de modernização excludente.

Por outro lado, estudos demonstram que devido ao autoritarismo estatal inerente ao período ditatorial militar, as manifestações de violência eram em certa medida entendidas como uma forma de protesto social que gerou como consequência um afastamento das regulações institucionais. O efeito pode ser traduzido no aumento de instituições informais que se utilizam da força como um recurso para obtenção de bens materiais, de grupos paraestatais e contraventores. Na cidade do Rio de Janeiro, exemplo mais emblemático dessa situação, o crescimento e o fortalecimento do jogo do bicho e dos grupos ligados ao comércio ilegal de drogas ilustram essa situação.

Dessas análises resultam importantes reflexões sobre a violência urbana como desdobramento de um conjunto de elementos que articulam diferentes esferas da vida social e que apontam para questões mais amplas como a da sociabilidade e suas implicações. Essa argumentação também coloca em cheque o retraimento do Estado como um dos fatores que contribuem para a crescente violência.

Esse é um fenômeno constituinte das grandes cidades. Caldeira (2000) em importante trabalho sobre a cidade de São Paulo revela como o aumento da sensação de insegurança proveniente da ampliação da criminalidade afetou o cotidiano e gerou o que a autora denominou de “fala do crime”. Essa fala é capaz de regular a vida dos indivíduos e re-organizar suas atividades cotidianas e suas relações de sociabilidade. Da mesma forma, é também produtora de preconceitos e estereótipos, contribuindo para novas formas de segregação espacial e discriminação social.

Como em progressão geométrica, quanto mais aumentam os índices de violência, maiores são as ações do Estado na tentativa de seu controle. Entretanto, essas ações se mostraram cada vez mais arbitrarias e truculentas, colocando em

crescente evidência, naquele início de década de 1980, o debate acerca do respeito aos direitos do cidadão no campo da segurança pública e sobre o papel das polícias no controle da ordem.

No Rio de Janeiro esses debates tomaram uma força maior e o discurso dos direitos humanos no campo da segurança pública ganhou mais contundência no debate público, levada a cabo principalmente pelo recém-eleito governador do Estado, Leonel Brizola (SENTO-SÉ, 1998)⁷.

Em sua agenda política, o governador buscou colocar no centro de seu discurso e de suas primeiras iniciativas questões relativas à segurança pública pautadas no princípio do respeito aos direitos humanos e às formas de atuação da polícia em territórios mais pobres, tendo assim um papel importante na mudança dos modelos de interação entre as forças de segurança e a sociedade. Como nos revela Sento-Sé, (1998, p.56), a tese de Brizola era a de que:

Já que naquele momento haviam sido dados os primeiros passos para a reestruturação do Estado de direito pela restituição da cidadania a ex-presos exilados e políticos, cabia agora fazer o mesmo em relação àqueles que permaneciam excluídos da sociedade formal e permaneciam sem ter respeitados os direitos básicos garantidos por lei. Tratava-se, portanto, de proteger as populações pobres da ação arbitrária e violenta das instituições de segurança do Estado.

Assim, já nos primeiros momentos de seu governo, indicava como proposta a unificação das duas polícias e que a execução de intervenções em favelas e áreas pobres por policiais deveriam seguir os rigores da lei, o que causava reações desfavoráveis por parte das corporações. A criação em 1983 do Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos e a nomeação do Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira para a Secretaria de Estado da Polícia Militar do Rio de Janeiro representam também essa tentativa de valorização dos direitos humanos como questão central na agenda da segurança.

Ainda que a escolha feita pelo então governador tenha sido pelo respeito aos direitos do cidadão, em especial na atuação da polícia em relação às favelas e seus moradores, foi nesse mesmo período que cresceu na cidade do Rio de Janeiro uma organicidade por parte dos grupos criminosos armados e um aumento das disputas pelo controle das “bocas de fumo” em diferentes favelas. Esse fato contribuiu sobremodo para o aumento da estigmatização desses espaços.⁸

Cabe ressaltar que a partir de meados da década de 1980 muitas mudanças ocorreram na dinâmica do tráfico de drogas. De acordo com a literatura especializada no tema, essas mudanças estão relacionadas às transformações na organização transnacional do crime e, em especial, no Rio de Janeiro, à entrada da cocaína, e de modernas armas de fogo no comércio varejista de drogas, situados dentro das favelas, incluindo também a relação marcada por corrupção nas polícias (ZALUAR, 2004; LEEDS, 1998)⁹. Com o aumento do poder belicoso e financeiro dos traficantes, mais violentas e arbitrárias tornaram-se as ações cometidas por esses grupos.

O que vimos ao longo de 30 anos foi um gradual aumento do uso da força pelos grupos ligados ao tráfico de drogas, o que implicava em intervenções estatais centradas no enfrentamento e combate aos grupos criminosos armados (SOARES, 1996). Diante desse cenário, a ação pública passou a ser pautada pelo combate à violência urbana, através, principalmente, de políticas de segurança que tinham como marcas o uso desmedido da força pelos agentes da ordem, no caso do Rio de Janeiro, as polícias civil e militar. O alvo das ações eram, via de regra, os moradores das favelas, que eram identificados em grande medida como traficantes ou como coniventes com a criminalidade instalada nestas localidades (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2008).

Podemos citar como exemplo emblemático da década de 1990 a Operação Rio, uma intervenção militar que se concentrava nos cercos às favelas, buscando coibir o tráfico de drogas no varejo e que, de acordo com Soares (1996, p. 270):

Produziu sucessivas violações de direitos civis e de direitos humanos: prisões com mandatos expedidos a posteriori e sem abertura adequada de inquéritos, incomunicabilidades temporárias, revistas acintosas e humilhantes, toques de recolher, embargos à passagem de trabalhadores para suas casas, etc.

Em especial para os moradores de favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro, a década de 1990 ficou marcada como um período de medo e insegurança. Como aponta Leeds (1998, p. 235) os favelados estavam à mercê de duas linhas de atuação antagônicas: de um lado a violência ilegal dos traficantes e de outro a violência oficial das forças policiais. E de acordo com a tese da autora, o Estado muito contribuiu para o aumento da violência nas favelas por conta, principalmente, da forma de repressão utilizada pelas forças policiais. Ela revela que:

A violência física e criminosa resultante do tráfico de drogas é uma forma visível e palpável da violência empregada pelo Estado, e que ela mascara uma violência estrutural-institucional mais oculta, ao mesmo tempo em que perpetua relações políticas neoclientelistas com essas comunidades de baixa renda.

Cabe ainda salientar que esse aumento da violência associada ao tráfico de drogas, em especial relacionada à comercialização de cocaína e de armas, se concentrou nas favelas, conforme apontam diversos autores, devido a uma topografia e uma organização espacial que muito contribuiu para a instalação das “bocas-de-fumo”. Além disso, muitos dos traficantes identificam a favela como um espaço seguro para a execução de suas atividades, pois os mesmos contavam em certa medida com um “apoio” comunitário, ou seja, a proximidade com os vizinhos e as relações sócio-afetivas estabelecidas eram uma garantia ao bom funcionamento da atividade. Da mesma forma, os moradores acabavam por aceitar essas relações tendo em vista o perigo real de morte, caso fossem contrários às ações dos grupos de traficantes.¹⁰

As ações repressoras nas favelas continuaram, ainda que, algumas ações mais pontuais e experimentais no campo da segurança pública tenham sido implementadas. É possível citar como exemplos o projeto Mutirão pela Paz e o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) ambos implementados entre o fim da década de 1990 e o início dos anos 2000, com a perspectiva de garantir a segurança, a partir de experiências em favelas “modelos”, tendo como norte o respeito e a garantia aos direitos humanos. Contudo essas ações não foram suficientes para minimizar a sensação de insegurança que existia na cidade como um todo e nas favelas e áreas periféricas de forma muito particular, além de ações truculentas da polícia nesses espaços.

Nos primeiros anos do século XXI, o uso do veículo blindado utilizado em situações de crise, denominado oficialmente de Pacificador, mas, conhecido como “Caveirão”, se tornou corriqueiro e pode ser ilustrado como exemplo da forma de combate à violência em áreas mais sensíveis da cidade. A consequência dessa forma de atuação da polícia é o aumento significativo do número de mortes causadas por armas de fogo.

Um caso emblemático desse tipo de ação ocorreu em junho de 2007, no primeiro ano do governo Sérgio Cabral (2007-2010), no Conjunto de Favelas do Alemão, zona norte da cidade. A operação que reuniu diferentes forças

policiais, dentre elas 1.200 policiais civis e militares, além de um reforço da Força Nacional de Segurança, denominada de megaoperação, deixou um saldo de 19 mortes e pouco resultado no que diz respeito à desarticulação do tráfico de drogas na localidade.¹¹

Pouco mais de um ano após a megaoperação no conjunto do Alemão, era inaugurada a primeira UPP na cidade que trazia em seu discurso uma possível mudança na direção da política de segurança do Estado. Embora a experiência das UPPs não tenha um conceito definido, ela se sustenta, pelo menos no plano discursivo, ora na retórica do policiamento comunitário, ora na retórica do policiamento de proximidade. De todo modo, o que está em consonância no discurso é o objetivo de pacificar os territórios a partir da presença cotidiana da polícia e do estabelecimento de novas relações entre os policiais e os moradores. Segundo a expectativa dos gestores da UPP, com a pacificação do território será possível garantir que outras políticas públicas, especialmente as políticas sociais, possam ser implementadas nas favelas, conforme aponta o site oficial:

A Unidade de Polícia Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades¹².

A Unidade de Polícia Pacificadora é uma ação da segurança pública. De acordo com o secretário de segurança, com o Comandante da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP)¹³ e com qualquer representante da polícia militar, a UPP está nas favelas não para combater o tráfico de drogas, mas para inibir a ostentação das armas e garantir a tranquilidade aos moradores, devolvendo ao Estado o território que fora tomado pelos traficantes.¹⁴

Antes da instalação da base definitiva da UPP, com a entrada de toda a equipe que comporá a unidade, acontece uma ocupação de policiais do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) que tem como objetivo apreender drogas, armas e prender os indivíduos que estão com mandatos de prisão decretados, ou seja, “limpar” o terreno para a entrada da futura unidade de policiamento. As primeiras ocupações realizadas pelo BOPE aconteceram de forma inesperada, aparentemente sem nenhum aviso prévio, provocando surpresas tanto para os criminosos

quanto para os moradores. A partir da ocupação do Morro do Borel, em abril de 2010, ela passou a ser amplamente divulgada em diferentes meios de comunicação.¹⁵ O tempo de ocupação pelo BOPE não é informado. No caso do Borel, o BOPE permaneceu no território durante 90 dias.

As Unidades se constituem de forma diferente das outras unidades da polícia militar. Elas estão subordinadas à CPP, órgão que organiza todo o funcionamento das UPPs; são encaminhados para as UPPs policiais recém-concursados, que de preferência não tenham tido nenhuma experiência anterior na polícia militar; esses policiais recebem uma gratificação de R\$500,00 e recebem formação em Direitos Humanos e Polícia Comunitária¹⁶; os uniformes usados tanto pelos soldados quanto pelos oficiais são diferentes dos uniformes usados por soldados e oficiais alocados nos diferentes Batalhões da Polícia Militar do estado; a maioria das UPPs se localiza em bases construídas com estruturas modulares divididas em três espaços: sala do comando, onde se encontram o comandante e o sub-comandante; sala da administração, onde ficam os soldados responsáveis pela área administrativa e uma sala para reuniões, equipada com mesas, cadeiras, computador e projetor; além de banheiro e local para guardar o armamento. Algumas UPPs, principalmente as primeiras, estão alocadas em prédios da prefeitura, onde outrora funcionavam os Centros Municipais de Assistência Integrada (CEMASI), como as UPPs da Providência e do Andaraí. Como os prédios possuem uma infraestrutura maior, nesses locais ocorrem também as atividades promovidas pelas UPPs direcionadas para a “comunidade”, em geral, atividades de esportes. A Unidade é comandada por um Capitão ou Major PM.

O investimento na estrutura e nas ações que diferenciam os policiais das UPPs dos policiais dos BPMs ocorre, de acordo com algumas hipóteses, para que os policiais lotados nas UPPs possam usufruir de uma imagem diferente do policial “antigo” que invadia as favelas de forma violenta e arbitrária, numa tentativa de modificar a imagem da PM. Tendo em vista que esses policiais passam pelo menos 12 horas alocados dentro das favelas e que faz parte da prática do policiamento de proximidade a circulação pelo território, essas ações podem refletir também uma preocupação por parte do comando geral da polícia em garantir a segurança dos próprios policiais nos seus locais de trabalho.

Arelado ao discurso da “pacificação” está o discurso da “integração” ao tecido urbano a partir da garantia dos direitos de cidadania aos favelados. Tendo como pressuposto a pacificação do território, ou seja, a manutenção da segurança e da

ordem pública, seria “natural” que outras instituições públicas exercessem com eficácia suas funções. Nesse sentido, a UPP seria o facilitador da execução de obras de infraestrutura e de ações sociais.

Para articular as atividades supracitadas, a prefeitura da cidade em cooperação com a ONU-Habitat¹⁷ desenvolve um programa na esteira da pacificação denominado UPP Social¹⁸. Uma das prerrogativas do programa é a participação da sociedade civil no debate público e ainda a participação de moradores das favelas pacificadas na identificação das demandas locais e na construção de um plano de desenvolvimento para as “comunidades”.

Temos assim um cenário onde o Estado busca recuperar sua legitimidade através das forças policiais aliado a outro programa público que estimula a mobilização comunitária e tem por objetivo “promover a cidadania e o desenvolvimento social, econômico e urbano nos territórios pacificados”.

Para além da junção das forças públicas estaduais e municipais, a iniciativa privada também vem colaborando de diferentes formas na experiência de pacificação. Exemplos como o Fundo para as UPPs que reúne a colaboração de 5 empresas doadoras de recursos para execução de obras e aquisições de materiais para as sedes das Unidades e as parcerias de diferentes instituições privadas com a secretaria de segurança na execução de projetos sociais é um dos indicativos de como a ideia da “pacificação das comunidades” vem sendo ampliada.

Embora de maneira ainda muito incipiente, tendo em vista o pouco tempo de atuação das UPPs, já nos é possível observar, de forma global, alguns elementos que se destacam nessa experiência. O primeiro deles é a mudança na orientação das prioridades de combate ao tráfico de drogas em favelas na cidade. A outra seria uma possível mudança na própria instituição policial, tendo em vista esse investimento em formar novos policiais numa perspectiva mais direcionada ao respeito aos direitos de todos os cidadãos.

Porém como se combinam esses dois elementos? Essa foi a pergunta que direcionou a pesquisa em campo e que na próxima sessão será abordada. Levando em consideração o histórico de ações violentas e grandes perdas vividas pelos moradores de favelas, em grande medida com a contribuição da polícia, além de toda uma re-organização da vida cotidiana imposta por explosões de violência, busca-se compreender como os atores que estão envolvidos na UPP Borel percebem e entendem a pacificação, em especial a partir de duas temáticas: a segurança do ponto de vista do morador e o papel desempenhado pela polícia no cotidiano.

A escolha da UPP Borel se dá por diferentes razões dentre as quais gostaria de destacar quatro: o Borel ser uma favela com um histórico importante na ação coletiva; ter sido considerada como uma das favelas mais perigosas da cidade nos últimos 20 anos e um local importante para o Comando Vermelho; ter ainda um histórico de violência policial intenso, tendo sido palco de uma chacina em 2003; e ser a primeira UPP na zona norte. O trabalho em campo, de inspiração etnográfica, foi realizado entre agosto de 2010 (pouco tempo depois da inauguração da UPP) e abril de 2012 e além de observar o cotidiano nas favelas, seja em reuniões ou fóruns públicos, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com diferentes atores e conversas informais sobre os temas da pesquisa. Os dados registrados no caderno de campo, aliados às características já apontadas do Borel oferecem um campo bastante profícuo para analisar a experiência da UPP.

A experiência da UPP no Borel

O Morro do Borel¹⁹, que dá nome a UPP, é uma das favelas mais antigas da região da Grande Tijuca. As primeiras moradias datam do início dos anos 1920 e, segundo relatos, o terreno era ocupado por uma fábrica de cigarros que depois passou a ser propriedade de uma senhora que realizou o loteamento. Outra importante característica do Borel é o pioneirismo na organização de sua associação de moradores. A União dos Trabalhadores Favelados é uma das primeiras associações do Rio de Janeiro, criada na década de 1950 para reivindicar o direito de permanecer no território e também para lutar contra a remoção em outras áreas.

Além deste morro, outras seis favelas integram o perímetro da UPP: a Chácara do Céu, que foi por muitos anos parte do Borel, mas, por conta das disputas pelo domínio de “bocas de fumo” se tornou uma favela independente; a Casa Branca, situada no mesmo maciço, tem sua história de ocupação datada da década de 1950; o Morro do Cruz, identificado como pertencente ao bairro do Andaraí, inclusive pela prefeitura do Rio, já que está localizado em outra Região Administrativa; a Indiana, situada em frente ao Morro do Borel, na Rua São Miguel, e cuja ocupação data da década de 1960 e segundo alguns moradores será “removida” em breve; o Catrambi, situado no início do Alto da Boa Vista, no final da rua Dr. Catrambi, onde se encontram residências características da classe média e apenas na parte mais alta se revela um grupo de habitações consideradas pelos moradores “a favela”; e, finalmente, o Bananal, favela de

pouco mais de 60 famílias, próximo à Casa Branca, que se caracteriza pela precariedade não apenas das habitações, mas, de mínima infraestrutura como ruas pavimentadas, acesso à energia elétrica, água e saneamento básico.²⁰

A esse conjunto de favelas, os meios de comunicação e a polícia convencionaram chamar de Complexo do Borel. Essa denominação não corresponde às identidades que os moradores estabelecem com seus locais de moradia, logo, reclamam quando se referem a cada uma das outras favelas como Borel. Cada uma delas possui sua própria história de lutas e sua própria Associação de Moradores. A ideia de juntar todas em uma única UPP é, de acordo com o comandante da unidade, uma estratégia militar de ocupação do território.

Segundo os dados do Censo 2010, a UPP Borel possui pouco mais de 12.000 moradores distribuídos nas diferentes favelas. Situadas na encosta, ao longo da rua São Miguel, o acesso é feito através de escadas e ladeiras. Existe uma rua principal, Estrada da Independência, que faz a ligação entre o Borel, a Chácara do Céu e a Casa Branca. É a única via pública que permite a passagem de automóveis e o transporte coletivo se faz através de kombis ou mototáxis.

A Unidade de Polícia Pacificadora do Borel foi inaugurada em junho de 2010. Seu comando é realizado por um jovem capitão e com um efetivo de 300 policiais. São 75 policiais por turno, divididos em grupos de quatro ou cinco e localizados em 17 pontos de policiamento. A base da UPP está situada na Chácara do Céu. Na Casa Branca encontra-se uma base auxiliar que dá suporte à base principal.

A segurança sob a ótica dos moradores

Andando por entre os becos e vielas no Borel, me deparei com algumas inscrições da sigla UPP pintadas na cor azul, nos muros da favela. As inscrições nas paredes em favelas cariocas é uma forma conhecida pelos moradores e utilizada em grande medida por diferentes facções criminosas para deixar “recados” aos inimigos de outros grupos, homenagear alguém que tenha falecido ou apenas determinar o perímetro de dominação em dada região. Quando a mesma estratégia é utilizada em referência à polícia, tendo em vista a inscrição UPP da mesma cor da corporação, a leitura que se pode fazer, já que era uma prática reconhecida, é a seguinte: a UPP está dizendo aos moradores que agora quem domina o espaço é a polícia.

Porém, a UPP ou quem quer que tenha feito a pintura na parede, abriu o caminho para outros tipos de intervenções. Em um caso exemplar, pude registrar em fotografia uma pintura da sigla CV (Comando Vermelho, facção que

controlava o tráfico no Borel) por cima da sigla em questão. O que a imagem sugere é que está em curso uma possível disputa, a partir de elementos simbólicos, entre diferentes forças que buscam “dominar” aquele espaço. Como nos mostra a foto a seguir:



Foto 1. Pintura da sigla CV sobre a sigla UPP Borel, novembro 2010. Arquivo pessoal da autora.

Esse é um exemplo ilustrativo de situações que estão acontecendo nas favelas após a entrada da Unidade de Polícia Pacificadora. Por ser uma ação recente, ainda não há uma padronização ou uma normatividade para a atuação do comandante da unidade, ele ou ela, dependendo da UPP, podem vir a atuar da forma que achar mais apropriada. E de uma forma geral, grande parte dos comandos, em especial das primeiras UPPs, caracterizam sua atuação a partir da centralidade de ações que não são identificadas como sendo da competência da polícia militar. Além disso, como bem demonstra a foto acima, ainda paira no ar a “sensação” da permanência do tráfico de drogas. Nesse contexto, que dispositivos de segurança são utilizados pelos moradores para seguir vivendo suas rotinas com tranquilidade?

Mesmo que de forma não tão eufórica quanto a grande mídia acerca do “sucesso” das UPPs, as respostas dos moradores do Borel à pergunta como está o

Borel após a pacificação apontam para uma melhoria no que se refere à violência, especialmente por conta do fim dos tiroteios, da ameaça de invasão por facção rival e das incursões policiais na favela.

Importante destacar, como já bem demonstrou Cavalcanti (2008) em um texto onde realiza uma análise sobre o problema dos “tiroteios”, que essa explosão máxima de violência é constituinte das rotinas ordinárias dos moradores de favelas e afeta desde a mobilidade pela cidade até a construção de moradias, tendo em vista os esforços implementados para mantê-la segura. Ou seja, a latência de tiroteios altera comportamentos e relações de sociabilidade dentro e fora das favelas.

Desde essa perspectiva, é possível compreender quando os moradores apontam como um elemento central na pacificação a suspensão, ainda que momentânea, desse cenário. Não à toa, o que mais se ouve dos entrevistados — e em inúmeras matérias veiculadas em grandes meios de comunicação ou mesmo em blogs que têm por objetivo acompanhar as favelas pacificadas — é a frase: “não tem mais tiro”. Só conseguimos interpretar essa expressão quando nos remetemos aos arranjos e arrumações que os moradores de favelas eram obrigados a elaborar para tentar manter suas vidas em paralelo à arbitrariedade e à imprevisibilidade dessa situação. Ou seja, ligar para algum familiar antes de retornar à favela, não chegar à casa muito tarde ou mesmo identificar se nos “limites” entre o morro e o asfalto os personagens que compõe a cena estão em seus locais habituais como o mototáxi, vendedores ambulantes, comerciantes dentre outros.

Por outro lado, inúmeros foram os relatos que apontaram para uma mudança naquilo que os moradores entendem por segurança. Alguns entrevistados relataram que, com a pacificação, fatos que não ocorriam ou ocorriam de forma muito velada passaram a fazer parte do cotidiano. Como exemplos citaram o desaparecimento de pertences, tais como, roupas no varal, vassouras, plantas, entre outras coisas, que ficam geralmente do lado de fora das residências, agressões entre vizinhos, violência doméstica e ainda alguns casos de estupros.²¹

É interessante ressaltar que, de acordo com uma literatura que trata sobre o tema e também com um “senso comum”, as favelas sob o domínio do tráfico de drogas eram locais onde esse tipo de atividade não ocorria com frequência tendo em vista que eram “protegidas” pelas “regras” determinadas e reguladas pelos traficantes. Como revela Leeds (1998, p.243): “Na maioria das favelas e conjuntos populares, delitos como roubo, estupro e outros tipos de violência interpessoal costumam ser combatidos com ações igualmente violentas por parte do “dono”, que pode impor sua própria forma de justiça”.

Leeds (1998, p.244) aponta ainda, de acordo com sua pesquisa realizada durante a década de 1990, que existiam postos da polícia militar em favelas da cidade, mas que poucos eram os moradores que confiavam o suficiente para procurá-los quando surgia algum problema. De acordo com ela: “Essa falta de confiança resulta de uma longa tradição de abusos e violências praticados pela polícia brasileira contras as classes inferiores em geral e contra os moradores de favelas e conjuntos em particular”.

Da mesma forma, cerca de 20 anos depois, quando perguntei aos entrevistados porque eles não denunciavam esses casos na delegacia ou mesmo para o Capitão da UPP, a resposta foi a seguinte: “não me sinto seguro para denunciar”. A justificativa apresentada pelos entrevistados dessa insegurança se dava pela presença de pessoas que eram ligadas à rede do tráfico e que ainda estariam no território “vigiando” as atitudes dos moradores. Se antes o tráfico, à sua maneira, estabelecia um modo de comportamento, agora isso não ocorre de forma explícita. Mas, de um modo geral, os moradores têm medo de denunciar qualquer coisa aos policiais e serem identificados pelo tráfico como colaboradores da polícia. A pintura da sigla da facção por cima da sigla da polícia contribuiu para a manutenção dessa insegurança.

O que se percebe é que a possível presença de pessoas ligadas ao tráfico de drogas representa um medo na aproximação com os policiais. Esse medo pode ser entendido como a não confiança na permanência dessa política, tendo em vista que a ação do Estado nas favelas do Rio de Janeiro não apresenta um histórico de continuidade²². Logo, o sentimento dos moradores com quem conversei é o de que se colaborarem com as forças policiais poderão sofrer algum tipo de retaliação. Assim, denominamos como um “duplo medo”: por um lado, medo de ser identificado pelo tráfico como colaborador da polícia e, por outro lado, medo de ser identificado pelos policiais como traficantes, tendo em vista a não colaboração com a polícia. Sob essa ótica, os moradores ainda vivem uma “vida sob cerco” nos termos apontados pelo livro organizado por Machado da Silva (2008).

A favela tem um novo dono?

Dois elementos chamaram a atenção no tocante à entrada e permanência da polícia no Borel. Um deles é a substituição de práticas informais de acesso a serviços, em especial destaque a utilização de moto como transporte público alternativo, conhecido como mototáxi, os serviços de entrega de gás de cozinha e de

fornecimento ilegal do sinal para TV a cabo (gato net) e internet. O outro é em relação à realização de eventos e festas tanto em locais públicos (praças ou campo de futebol) ou privados (clubes, quadras particulares ou residências).

Na maioria das favelas a prestação de serviços como os citados acima são realizados pelo tráfico de drogas ou grupos de milícia, como mais um canal de obtenção de capital, ou são oferecidos por indivíduos ou grupos que tenham algum tipo de ligação com os mesmos. Segundo os moradores entrevistados, com a entrada da UPP no Borel, os serviços ilegais de internet e de TV a cabo foram suspensos e em relação ao fornecimento de gás, houve uma ampliação na possibilidade de distribuição.

No que se refere ao transporte alternativo, que em muitas outras favelas pacificadas é um tema polêmico, tendo em vista que não existe uma lei que regulamenta o transporte de passageiros feito por motocicletas, o Capitão do Borel buscou “organizar” esse serviço. Como ele mesmo relata: “Eu já organizei vários serviços aqui. O primeiro foi o mototáxi. Só pode realizar o transporte de moradores os motoristas que tiverem habilitação e a moto com a documentação legalizada”. De acordo com sua visão, ainda que o mototáxi possa ser utilizado para o transporte de drogas, ele acredita ser também um meio de transporte fundamental para os moradores do Borel, tendo em vista sua localização geográfica²³.

Por outro lado, a organização das atividades de lazer, em especial a realização de festas e bailes funks foram suspensas. Ele aponta que normatizou o horário de funcionamento dos bares, mas a realização das festas estava, momentaneamente, suspensa:

Da mesma forma, o horário de funcionamento dos bares. Fizemos uma reunião com os comerciantes e ficou combinado um horário para o fechamento dos estabelecimentos e também para a altura do som. As festas podem ser realizadas mediante um ofício. O que está mesmo proibido é o funk.²⁴

Um ano após essa entrevista, participei de um encontro mediado pelo então coordenador geral das UPPs, Coronel Robson, onde participaram o comandante e subcomandante da UPP, organizadores de eventos (bailes funk, pagode, flash back e samba), a equipe da UPP Social e representantes da associação de moradores do Borel. O tema em pauta era autorização para a realização das festas. Após muita discussão, foi formada uma comissão que atuaria no sentido de organizar as atividades de lazer. Contudo, para que alguma festa fosse realizada era necessário

entregar alguns documentos na Unidade: nada a opor da subprefeitura da Tijuca; nada a opor da 19ª DP; nada a opor do Corpo de Bombeiros. Além disso, o organizador do evento deveria ir pessoalmente conversar com o capitão. Aí então era autorizada ou não a realização da festa.²⁵

Cabe ainda mencionar que a vigilância acerca da realização de eventos por parte dos policiais da UPP recai também nas atividades festivas realizadas no âmbito privado. O relato dessa moradora é revelador desse procedimento que ultrapassa os limites da atividade policial: “Estava na casa da minha irmã com um grupo de amigos conversando e ouvindo música. De repente chegou um grupo de policiais e mandou todo mundo ir pra casa que aquela não era hora de trabalhar estar na casa de ninguém”.²⁶

Percebemos então, a partir das falas dos moradores e do Capitão, que está ocorrendo uma centralização na polícia das ações cotidianas no Borel e dos problemas que os moradores passaram a enfrentar após a pacificação. Essa centralidade pode vir a gerar um autoritarismo por parte da UPP na medida em que essa organização se estabelece a partir daquilo que o comando acredita representar a ordem. E tendo em vista as representações que se tem sobre os territórios populares do Rio de Janeiro, essa ideia de manutenção da ordem vem junto com uma série de violações dos direitos civis.

Assim, aparece com muita frequência nas entrevistas relatos de abuso de autoridade e de violência simbólica exercida por alguns policiais que se materializam em abordagens (revistas) injustificadas, agressões verbais e agressões físicas. Conforme demonstra o seguinte relato:

Infelizmente existem alguns que abusam dessa autoridade. Na abordagem, eles chegam com truculência. Eu mesmo passei por isso. Eles não me bateram, mas essa violência, essa opressão, gera medo. Eu não escutei o que ele disse que era pra eu levantar a camiseta, eu não ouvi, achei que ele estava falando com outro amigo, e ele começou a gritar comigo: Você é surdo? Você é surdo?²⁷

Outro elemento importante que pode vir a determinar a relação estabelecida entre polícia e morador é a forma como as regras são definidas e cumpridas. Muitas vezes a frase: “depende do plantão” foi utilizada como argumento para justificar determinadas ações dos policiais, ou seja, tanto para o cumprimento de regras, do fechamento de bares e redução do barulho, por exemplo, como de abordagens mais violentas.

O que se percebe é que de acordo com o grupo de policiais que estão no serviço, eles determinam a hora e o local onde o som pode acontecer. Muitos relatos revelaram que essa proibição não é apenas em espaços públicos, como praças ou quadras, ou estabelecimentos comerciais, mas também nas comemorações em casa, como reunião de amigos e festas de aniversário, como o relato acima apresentado. Dependendo do plantão, os policiais permitem o som alto ou não.

Podemos argumentar que a presença constante da polícia militar nas favelas, muitas vezes assume papéis que não são de sua responsabilidade, mas que são acionados em inúmeros casos pelos próprios moradores (quando ocorre falta de luz ou de água, os moradores ligam para a UPP para reclamar) ou mesmo por outros órgãos do Estado (quando a polícia é acionada pela escola para oferecer atividades esportivas) contribui para a construção de um novo jogo político, ultrapassando, muitas vezes, os limites da atuação policial.

Contribuições ao debate

Desde a perspectiva dos elementos acima apresentados, é possível elucidar algumas considerações. A primeira se refere à proposta da pacificação de um modo geral. A interpretação que fazemos é a de que a ação da polícia pacificadora põe em evidência uma representação há muito utilizada na sociedade de que os favelados seriam representantes das classes perigosas, no sentido apontado por Machado da Silva e Leite (2008), por não cumprirem as regras de conduta ideal contidas na moral dominante. Assim, como apontam os autores (2008, p. 40):

Supõe-se que as condutas criminais poderiam ser canceladas, inviabilizadas ou mesmo reduzidas a proporções toleráveis, pela manipulação de variáveis institucionais e/ou pelo desenvolvimento de iniciativas “civilizadoras” que reduzam os riscos de opção pela carreira criminal.

A proximidade territorial com os traficantes de drogas permitiria o contato e o estabelecimento de relações sociais variadas que daria legitimidade às formas de atuação do tráfico de drogas e por outro lado, garantiria apoio e proteção aos envolvidos nessa rede ilícita. Ao fim e ao cabo, essa convivência dos moradores implica na negação dos valores morais e da ordem institucional vigente. Portanto, se faz necessário o controle desses grupos (que não conseguem diferenciar o certo

do errado) pela organização de seu cotidiano e de suas práticas de sociabilidade, quase tentando ensiná-los a melhor maneira para se comportarem na sociedade.

A tentativa de organizar o cotidiano dos moradores e de buscar uma nova forma de sociabilidade, influenciada diretamente pelas forças da ordem, pode ser lida a partir da chave apontada pelo autor, ou seja, o controle da ordem pública passa a um controle da moralidade. Nesse sentido, a “paz” seria garantida com base nessas iniciativas: controle das festividades, organização do trânsito, inscrições nos espaços públicos visíveis a todos. As ações públicas direcionadas aos territórios acabam por penalizar todos os moradores de favelas identificando-os como potencialmente criminosos e reforçando as vinculações entre pobreza e criminalidade.

É nesse sentido que tão festejada “integração” da cidade, nos moldes que está colocada, poderá gerar um efeito ao contrário do esperado e fortalecer a manutenção de “padrão de integração social fragmentado”, como já apontado por Machado da Silva, em outro trabalho (2002), garantido pelo “controle negociado”. Tendo em vista que o Estado reproduz uma forma de atuação diferenciada nas favelas, que se em algumas vezes apresentou algumas tendências mais democráticas, ao fim e ao cabo, ainda mantém esses espaços segregados do restante da cidade, exercendo um controle sobre a população, mascarado na possibilidade de participação.

A produção de uma cidade integrada é um dos possíveis legados dos Jogos Olímpicos, contudo, seria preciso atentar e ampliar o debate público acerca dos desdobramentos e de novas questões que emergem no cenário a partir da pacificação. Historicamente o Estado estabeleceu uma forma de atuação nas favelas que mais contribuiu para reforçar a segregação espacial e o estigma sobre esses territórios e seus moradores. O que está em voga atualmente é uma tentativa de mudança nesse paradigma. Entretanto, na relação da polícia com os moradores os canais de diálogos ainda permanecem os mesmos, o que reforça, na visão dos moradores entrevistados, uma possível efemeridade na ação das UPPs.

Referências

BURGOS, Marcelo Baumann. *Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba (orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34, Edusp, 2000.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Cidade escassa e violência urbana*. Violência e participação política no Rio de Janeiro. Série Estudos, n 91. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995.

CAVALCANTI, Mariana. *Tiroteios, legibilidade e espaço urbano*: notas etnográficas de uma favela carioca. Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos de Controle Social. 1, (1): 35-59, 2008.

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antonio da Silva. *Novos conflitos na cidade*: a UPP e o processo de urbanização na favela. Dilemas: Revista de Estudos do Conflito e Controle Social. Vol 4, n° 3, jul/ago/set, 2011.

HENRIQUES, Ricardo; RAMOS, Silvia. *UPPs Social*: ações sociais para a consolidação da pacificação. In: www.ie.ufrj.br/datacenter/ie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf, 2011.

LEEDS, Elizabeth. *Cocaina e poderes paralelos na periferia urbana brasileira*: ameaças a democratização em nível local. In: ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba (orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LEITE, Márcia da Silva Pereira. *Da metáfora da guerra à mobilização pela paz*: temas e imagens do Reage Rio. Cadernos de Antropologia e Imagem, ano 3, vol. 4, 1995.

_____. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, n. 44, 2000.

MACHADO DA SILVA, L. A. *A continuidade do "problema favela"*. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

MACHADO DA SILVA; L. A.; LEITE, Márcia da Silva Pereira. *Violência, crime e polícia*: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SENTO-SÉ, João Trajano Lima. *Imagens da Ordem, Vertigens do Caos*. O Debate Sobre as Políticas de Segurança Pública no Rio de Janeiro, nos Anos 80 e 90. Arché Interdisciplinar. Rio de Janeiro, v. VII, n. 19, p. 41-73, 1998.

SOARES, Luiz Eduardo *et alli*. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ISER, 1996.

VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ZALUAR, Alba. *Crime, medo e política*. In: ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Notas

- 1 Socióloga, doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais - PPCIS/ UERJ. Email: carvalho.nique@gmail.com
- 2 A pesquisa que dá suporte a esse artigo é parte do projeto de doutoramento da autora intitulado: Aspectos da gestão da ordem numa favela pacificada: rupturas e contradições nas dobraduras da vida social, sob a orientação da professora Marcia da Silva Pereira Leite (PPCIS/UERJ).
- 3 Até o momento da escrita desse artigo as UPPs são: Santa Marta; Cidade de Deus; Batan; Chapéu Mangueira/Babilônia; Pavão, Pavãozinho/Cantagalo; Tabajaras/Cabritos; Borel; Formiga; Andaraí; Macacos; São João; Turano; Salgueiro; Providência; Complexo do São Carlos; Escondidinho/Prazeres; Fallet/Fogueteiro/Coroa; Mangueira; Vidigal; Nova Brasília; Fazendinha; Morro do Adeus/Baiana; Morro do Alemão/Sapo (as 4 últimas no Complexo do Alemão); Chatuba; Fé/Sereno; Parque Proletário da Penha; Vila Cruzeiro (situadas no Complexo da Penha); Rocinha. Além das Forças de Pacificação em Manguinhos e Jacarezinho. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública serão 40 UPPs até 2014. É importante destacar que a mesma UPP pode atender a um grupo de favelas que estão em contiguidade territorial. O nome da UPP não delimita o seu perímetro, por exemplo, a UPP Borel abarca sete favelas: Morro do Borel, Casa Branca, Chácara do Céu, Bananal, Indiana, Morro do Cruz e Catrambi.
- 4 É possível encontrar referências a essa idealização na própria propaganda oficial do Estado do Rio de Janeiro. A ideia de paz é compreendida a partir da entrada da polícia nas favelas. Ver o link: <https://www.youtube.com/watch?v=kPIA8WKSv1c>.
- 5 De acordo com LEITE (1995, p.121), a metáfora da guerra pode ser definida a partir da “representação da cidade dilacerada pela criminalidade violenta e pela generalização de intenso conflito nas relações sociais”.
- 6 De acordo com SOARES *et all* (1996) a taxa de homicídio no Rio de Janeiro em 1991 era de 60,73 por cem mil habitantes.
- 7 SENTO-SÉ revela que embora o Rio de Janeiro tenha sido pioneiro em práticas de valorização dos direitos humanos em oposição a uma concepção militarizada de segurança pública nos anos 80, já na década seguinte houve um forte apelo para a retomada de práticas que tinham como orientação ações mais truculentas das forças policiais. Esse processo rápido e radicalizado é discutido pelo autor em SENTO-SÉ, 1998.
- 8 Apesar do governo de Leonel Brizola ter levantado a bandeira do respeito aos direitos humanos, foi durante o seu governo que a violência atinge níveis elevados na cidade. Esse fato contribuiu para o resultado das eleições estaduais em 1986. Sobre a atuação de Brizola ver também ZALUAR, 1998 e BURGOS, 1998.

- 9 Até a década de 1980, o comércio ilegal de drogas que funciona nos morros da cidade não apresentava características tão perversas, sendo, inclusive, identificados com certo romantismo relacionado a uma visão do bandido como um protetor daquela “comunidade”.
- 10 Compreender as relações estabelecidas entre os traficantes de drogas e os moradores é fundamental para a análise dos discursos dos mesmos quando da entrada da Unidade de Polícia Pacificadora nas favelas. Sobre as relações entre traficantes e moradores de favelas ver a coletânea de textos organizada por MACHADO DA SILVA (2008) denominada Vida sob Cerco.
- 11 A ocupação pela polícia no Conjunto de Favelas do Alemão começou em maio de 2007 com objetivo de prender os responsáveis pelo assassinato de dois policiais mas foi no dia 27 de junho que diversas forças policiais, incluindo a Força de Segurança Nacional, realizaram uma ação de busca e apreensão de drogas e armas nas favelas.
- 12 www.upprj.com. Acesso em janeiro 2011.
- 13 A Coordenadoria de Polícia Pacificadora - CPP, criada através do Decreto 42787 de 06 de janeiro de 2011, “tem como missão dirigir estrategicamente as ações e operacionalizar o plano de implantações das unidades de polícia pacificadora – UPP, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro”. Atualmente é coordenada pelo Coronel PM Rogério Seabra Martins.
- 14 Já foram inúmeras as declarações sobre os objetivos da implantação das UPPs nas favelas aos meios de comunicação. De acordo com o secretário de segurança pública, José Mariano Beltrame: “A ideia e o objetivo da UPP é a pacificação, mas seria leviano garantir que vamos retirar dessas favelas todas as armas, todas as drogas, todos os criminosos, toda a munição.” (Secretário diz que UPPs não impedem a presença de bandidos. <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias>. 29 de junho de 2011). E também segundo o Major Eliezer de Oliveira, responsável pela formação de policiais para atuar nas UPPs: “Não é objetivo da UPP acabar com o narcotráfico, e sim afastar a influência dos narcotraficantes sobre as comunidades”. (UPP não tem objetivo de acabar com o tráfico, diz Major. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano>. 20 de setembro de 2011).
- 15 Durante a inauguração da UPP no Morro da Providência, dia 26 de abril de 2010, o governador Sérgio Cabral anunciou que a próxima UPP a ser instalada seria no Borel e a ocupação pelos policiais do BOPE começaria no dia 28 de abril (Cabral anuncia que próxima UPP será instalada no Morro do Borel. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia>). Após o início da ocupação, o então comandante do 6º BPM, Ten Cel Fernando Príncipe, deu o seguinte depoimento à imprensa: “um escoteiro seria suficiente para a ocupação”, tendo em vista que já não havia mais criminosos nos morros (Beltrame anuncia a ocupação de 8 favelas até o fim do ano. <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil>). No dia seguinte ele foi transferido para o comando do 9º BPM. As ocupações do Alemão, Rocinha e Mangueira também foram amplamente divulgadas sendo, inclusive, transmitidas ao vivo pelo jornal local da Rede Globo (<http://globoTV.globo.com/rede-globo/bom-dia-brasil/v/reporteres-cobrem-momento-historico-no-rio-de-janeiro/1383535/>).
- 16 Conforme o Decreto nº 42787 de 06 de janeiro de 2011: Art. 6º Todos os policiais militares lotados e em efetivo exercício nas UPP farão jus à percepção de gratificação de encargos especiais no valor R\$ 500,00 (quinhentos reais), podendo ser celebrado convênio pelo Estado para tal fim. § 2º Os policiais militares classificados nas unidades de polícia pacificadora deverão ter

formação especial, com ênfase em Direitos Humanos e na doutrina de Polícia Comunitária, e os soldados deverão, obrigatoriamente, ser policiais militares recém formados.

- 17 A Onu-Habitat é uma das agências das Nações Unidas. Ela é responsável por assuntos relativos ao urbano, em especial, à promoção de moradias adequadas e a construção de cidades sustentáveis.
- 18 Desde 2010, a UPP Social está vinculada ao Instituto Pereira Passos, autarquia da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Para mais informações sobre a UPP Social ver: HENRIQUE e RAMOS, 2011.
- 19 Tratarei aqui cada favela por seu nome e de UPP Borel quando me referir ao conjunto.
- 20 Com exceção da Indiana e do Bananal, todas as outras favelas do perímetro da UPP tiveram projetos de urbanização em diferentes gestões públicas e o principal deles foi o Favela-Bairro.
- 21 No demonstrativo mensal das incidências criminais da UPP Borel divulgado pelo Instituto de Segurança Pública observamos que no ano de 2008 não há registros na delegacia de casos de estupro na área que abrange a UPP Borel sob a responsabilidade da 19ª DP. No ano de 2009, há um registro ocorrido no mês de março. No ano de 2010 há registros de 3 casos de estupro, 2 no mês de julho e 1 no mês de setembro. No ano de 2011, os registros saltaram para 8 casos de estupros. É preciso qualificar melhor essas informações, contudo, é possível usá-las aqui como uma ilustração de novos contornos nas relações de sociabilidade nas favelas pacificadas do Rio de Janeiro. Para maiores informações sobre esses dados ver: <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?id=260>
- 22 A história das políticas públicas implementadas nas favelas do Rio de Janeiro tem nos mostrado uma descontinuidade nas ações do poder público para esses espaços. Ao longo de um século, encontramos nessas ações experiências como os Parques Proletários Provisórios que obedeciam a uma lógica higienista-civilizatória orientada pelo Estado Novo de reeducação dos moradores para viverem em vilas proletárias. Durante as décadas de 60 e 70, a política estava centrada na eliminação das favelas através das remoções compulsórias. Na década de 90, em face ao fracasso das remoções, a política de urbanização Favela-Bairro. Na virada do século, as ações se voltam para a segurança pública.
- 23 Entrevista realizada em agosto de 2010.
- 24 Entrevista realizada em agosto de 2010.
- 25 O fato da polícia militar poder autorizar a realização de eventos no estado do Rio de Janeiro está regulamentado pela resolução 013 assinada pelo secretário de segurança José Mariano Beltrame.
- 26 Entrevista realizada em agosto de 2010.
- 27 Entrevista realizada em agosto de 2010.

Recebido em novembro de 2012, aceito para publicação em janeiro de 2013